

SITUACIONISMO FILOSÓFICO: UMA ANÁLISE DE SUA ESTRUTURA TEÓRICA E MÉRITOS

Alexandre de Borba

Doutor em Filosofia pela UFSM

Resumo: Eu distingo entre as formas psicológica e filosófica de situacionismo e analiso o situacionismo filosófico dividindo-o em três partes: o situacionismo atributivo – sua base exegética, dividida em realismo de caráter e globalismo de caráter –, o situacionismo descritivo – sua base empírica, dividida em ceticismo do caráter global e situacionismo positivo –, e o situacionismo prescritivo – seu programa prescritivo, dividido em situacionismo deliberativo e revisionismo de atribuição de traço. Com base no situacionismo atributivo e no situacionismo descritivo, eu reconstruo o principal argumento situacionista contra a teoria das virtudes. Acrescendo a esse argumento o situacionismo prescritivo, eu amplio o desafio situacionista às propostas de educação do caráter em filosofia da educação. Por fim, eu mostro a fraqueza do principal argumento situacionista e concluo com alguns prospectos de como responder ao situacionismo educacional.

Palavras-chave: Caráter, consistência, educação do caráter, situação, situacionismo, teoria das virtudes.

Abstract: I distinguish between psychological and philosophical forms of situationism and analyze philosophical situationism by dividing it in three parts: attributive situationism—its exegetical basis, divided in character realism and character globalism—, descriptive situationism—its empirical basis, divided in global character skepticism and positive situationism—, and prescriptive situationism—its prescriptive program, divided in deliberative situationism and trait ascription revisionism. Based on attributive and descriptive situationism, I elaborate the main situationist argument against virtue theory. By adding to it prescriptive situationism, I extend the situationist challenge to character education in philosophy of education. Finally, I show the weaknesses of the main situationist argument, and I conclude by pointing out some prospects of how to answer educational situationism.

Keywords: Character, consistency, global character, situation, situationism, virtue theory.

I

O assunto deste artigo é o situacionismo filosófico, o qual deve ser distinguido do situacionismo psicológico.¹ Enquanto este tinha por objeto de seu ataque o campo da psicologia da personalidade, o situacionismo filosófico

¹ Para uma excelente revisão bibliográfica da literatura situacionista em geral, ver DE OLIVEIRA, 2023. Para uma revisão do situacionismo psicológico em particular, ver MILLER, 2014a, chap. 4.

direciona sua crítica à teoria das virtudes – em especial a teoria das virtudes de tradição aristotélica. Saber distinguir isso é importante, uma vez que, embora o situacionismo psicológico pareça ser uma teoria degenerativa,² especialmente por conta dos avanços na psicologia da personalidade, a força do situacionismo filosófico não depende inteiramente da força do situacionismo psicológico, visto que os avanços na psicologia da personalidade não estão associados a quaisquer avanços concomitantes na teoria das virtudes aristotélica.

O situacionismo filosófico tem início em fins do século passado, especialmente com os ataques de John Doris (1998), Gilbert Harman (1999, 2000) e Maria Merritt (2000) à ética das virtudes, tendo sido posteriormente ampliado como um desafio também à epistemologia das virtudes por Mark Alfano (2012, 2013). Nesse sentido, o situacionismo filosófico pode ser dividido em duas principais linhas de ataque à teoria das virtudes: situacionismo *moral* e situacionismo *epistêmico*. O primeiro tem por objeto de sua crítica a ética das virtudes, enquanto o segundo a epistemologia das virtudes.

O desafio situacionista à epistemologia das virtudes foi originalmente articulado na forma de uma tríade de proposições inconsistentes por Alfano (2012) tal como se segue:

(*não-ceticismo*) A maioria das pessoas tem algum conhecimento.

(*responsabilismo clássico*) O conhecimento é crença verdadeira adquirida e retida por meio de virtude intelectual responsabilista.

(*situacionismo epistêmico*) A maioria dos traços intelectuais conativos das pessoas não são virtudes porque eles são altamente sensíveis a influências situacionais aparentemente triviais e epistemicamente irrelevantes. (ALFANO, 2012, p. 234)

Embora Alfano seja pioneiro em articular explicitamente o desafio situacionista na forma de uma tríade inconsistente, a maneira como Merritt (2000) articula o desafio à ética das virtudes também poderia ser interpretada na forma de uma tríade inconsistente. Como ela observa,

Assumamos agora que o problema primário e mais interessante abordado pela ética das virtudes é o problema de como nós devemos viver. Assim, uma condição necessária (embora não suficiente) para a viabilidade de uma teoria particular em ética das virtudes é que, se uma pessoa a adota, ela tende a

² Uso a expressão 'teoria degenerativa', aqui, no sentido lakatosiano de um programa de pesquisa *degenerativo*, o contrário de um programa de pesquisa *progressivo*. Para mais detalhes, ver LAKATOS, 1970.

melhorar a sua habilidade para viver a vida que a própria teoria caracteriza como uma vida boa. No mínimo, ela certamente não deve impedir a habilidade da pessoa de fazê-lo. Quando se trata da questão de quão bem uma teoria particular em ética das virtudes pode acomodar a psicologia da personalidade situacionista, então, eis o que devemos perguntar: Pode uma pessoa pragmaticamente interessada e razoavelmente reflexiva fazer todas as coisas seguintes de uma só vez: (1) comprometer-se a seguir na prática a recomendação da teoria de ter as virtudes, em que isso inclui levar a sério o seu ideal normativo das qualidades recomendadas; (2) aceitar uma psicologia moral descritiva que parece, à luz das evidências, estar mais próxima da verdade; e (3) lograr em viver como devemos viver à luz da teoria? (MERRITT, 2000, p. 371)

Merritt (2000) entende que a teoria aristotélica das virtudes exige que a posse da estrutura motivacional da virtude seja, na maturidade e em circunstâncias normais, independente de fatores externos ao próprio agente, tais como relacionamentos e cenários sociais específicos. O ponto de Merritt, então, poderia ser reconstruído com a seguinte tríade inconsistente:

- (1) As virtudes são traços de caráter motivacionalmente autossuficientes constitutivas de uma vida boa.
- (2) A maioria das pessoas não consegue possuir um caráter motivacionalmente autossuficiente.
- (3) A maioria das pessoas pode viver uma vida boa.

Merritt rejeita a teoria das virtudes de Aristóteles – que ela entende ser correspondente à proposição (1) acima –, mas acaba propondo uma ética das virtudes alternativa, inspirada em David Hume.

Nesta seção, apresentei o situacionismo filosófico como dividido em duas linhas de ataque à teoria das virtudes: o situacionismo moral e o situacionismo epistêmico. Adiante, ampliarei o desafio situacionista para incorporar propostas normativas em filosofia da educação a respeito da educação do caráter, moral ou intelectual, apresentando assim o que chamarei de situacionismo educacional. Essa ampliação é relativamente esperada, uma vez que muitos teóricos das virtudes buscam aplicar a teoria no campo da educação. Antes disso, porém, será importante esclarecer as principais alegações situacionistas e como elas se articulam no principal argumento situacionista contra a teoria aristotélica das virtudes.

II

Em primeiro lugar, o ataque situacionista à teoria aristotélica das virtudes possui uma base *exegética*; i.e., ele toma por base evidências textuais nos textos de teóricos das virtudes que sugerem os problemas que os situacionistas apontam para a teoria em questão. Eu chamo a base exegética da crítica situacionista de *situacionismo atributivo* e divido o situacionismo atributivo em dois conjuntos de teses: *realismo de caráter* e *globalismo de caráter*. Note que nenhuma dessas teorias é *endossada* pelos situacionistas. O ponto aqui é que os situacionistas *interpretam* os textos de teóricos das virtudes como comprometidos com ambas as teorias.³ O realismo de caráter consiste em alegações que podemos encontrar facilmente na *Ética Nicomaqueia* de Aristóteles e consiste no seguinte conjunto de alegações:

Realismo de caráter.

- i. O ser humano é naturalmente apto a desenvolver um caráter.
- ii. O caráter é desenvolvido por meio do hábito.
- iii. O desenvolvimento do caráter depende da agência.
- iv. O caráter é causalmente eficaz com respeito à conduta do agente.
- v. O caráter anexa propriedades normativamente relevantes do agente.

Com respeito ao realismo de caráter, é interessante notar que a literatura situacionista parece colocar em xeque as suposições (iv) e (i). Por exemplo, como veremos adiante, os situacionistas sustentam, contra (iv), que o caráter tem pouca, se é que alguma, influência sobre a conduta dos agentes (ver Doris 1998; Harman 1999). Além disso, a depender de como o caráter é caracterizado, os situacionistas negam, como vimos anteriormente, que humanos sejam naturalmente aptos a desenvolver um caráter (ver Merritt 2000). Ademais, com a teoria dos traços locais de Doris (2002), a literatura situacionista também pode colocar em xeque a suposição (v). (Mais sobre isso adiante.) Também convém antecipar que a teoria das virtudes não parece poder recorrer ao modelo *Big Five* em psicologia da personalidade para responder à crítica situacionista, uma vez que, como veremos em mais detalhes adiante, tal modelo parece impor um dilema para o realismo de caráter entre negar as suposições (ii) e (iii) ou negar a suposição (iv).⁴

³ Eu agradeço ao parecerista anônimo por notar essa ambiguidade na primeira versão do artigo.

⁴ A respeito desse dilema, ver MILLER, 2014b.

O globalismo de caráter, por sua vez, consiste no conjunto de três teses articuladas por Doris (2002, p. 22), duas relativas à natureza dos traços de caráter (tese da consistência e tese da estabilidade) e uma relativa à organização do caráter (tese da integração avaliativa). Esse conjunto de teses é central para a interpretação situacionista da concepção de caráter que subjaz ao realismo de caráter apresentado anteriormente. Seguindo Doris (2002, p. 22), podemos apresentar o globalismo de caráter da seguinte maneira:

Globalismo de caráter.

- i. *Consistência:* Traços de caráter e personalidade são confiavelmente manifestados no comportamento relevante ao traço através de uma diversidade de condições evocativas relevantes ao traço.
- ii. *Estabilidade:* Traços de caráter e personalidade são confiavelmente manifestados em comportamentos relevantes ao traço ao longo de ocasiões reiteradas de semelhantes condições evocativas relevantes ao traço.
- iii. *Integração avaliativa:* Em um dado caráter ou personalidade, a ocorrência de um traço com valência avaliativa particular está probabilisticamente relacionada à ocorrência de outros traços com valências avaliativas similares.

No que se segue, quando eu usar a expressão “caráter global” estarei fazendo referência a um caráter que satisfaz as três características acima. Outro esclarecimento prévio importante é que a consistência através de diferentes situações relevante para a crítica situacionista diz respeito a situações nominalmente individuadas; i.e., situações individuadas de acordo com as características objetivas da situação, sem levar em conta o impacto psicológico da situação no agente.⁵

Com ambos os conjuntos de alegações em mente, obtemos o cerne do situacionismo atributivo, i.e., a interpretação situacionista da teoria das virtudes. Trata-se, nesse sentido, de um conjunto de alegações que os situacionistas atribuem à teoria mais comumente associada à literatura sobre virtudes, i.e., a teoria das virtudes de tradição aristotélica, em que as virtudes estão anexadas ao *caráter* dos agentes.⁶ Mas o situacionismo atributivo é insuficiente enquanto uma crítica situacionista à teoria das virtudes, pois esta também depende de evidência de que os pressupostos da teoria das virtudes

⁵ A esse respeito, ver DORIS, 2002, p. 83.

⁶ Para teorias alternativas, não disposicionalistas, em que as virtudes estão anexadas não ao caráter, mas à ação dos agentes, ver HURKA 2001; SYLVAN 2017.

são *empiricamente inadequados*. Sendo assim, um segundo ponto importante é que o ataque situacionista à teoria aristotélica das virtudes possui uma base *empírica*; i.e., ele toma por base evidência empírica que sugere que tanto o realismo quanto o globalismo de caráter são empiricamente inadequados. Exemplos comumente citados na literatura situacionista incluem os resultados de experimentos realizados por Asch (1961), Milgram (1963) e Darley e Batson (1973). Asch (1961), por exemplo, apenas manipulando variáveis situacionais, observou uma tendência à conformidade social sob certas condições e a anulação dessa tendência em outras. Seguindo Rodgers e Warmke (2015), eu chamo a base empírica da crítica situacionista de *situacionismo descritivo*, mas de maneira um pouco distinta desses autores, eu reconstruo as principais alegações do situacionismo descritivo com dois pares de alegações descritivas, sendo um par de alegações descritivas negativas (*ceticismo do caráter global*) e o outro um par de alegações descritivas positivas (*situacionismo positivo*). Eis os dois pares de alegações:

Ceticismo do caráter global.

1. Não há uma posse disseminada de traços de caráter globais na população humana.
2. Atribuições de traços de caráter globais são erros sistemáticos de juízo.⁷

Situacionismo positivo.

1. A conduta normativamente relevante previsivelmente varia com a manipulação de variáveis situacionais normativamente irrelevantes.
2. A regularidade da conduta normativamente relevante de uma pessoa é mais bem explicada por fatores situacionais que por fatores caracterológicos.

Articulando o situacionismo descritivo com o situacionismo atributivo, podemos reconstruir o argumento situacionista contra a teoria das virtudes da maneira como se segue. Em primeiro lugar, começando por condicionais articulando o par de alegações do situacionismo positivo, temos que:

⁷ Isto é, os situacionistas, ao negarem a posse disseminada de traços de caráter globais na população humana, também alegam que estamos sistematicamente errados quando julgamos que uma ação humana é resultado de um traço de caráter global. Esse ponto também está relacionado ao viés cognitivo associado à nossa psicologia de senso comum que Ross (1977) chamou de “erro fundamental de atribuição”, o qual consiste em nossa tendência em subestimar fatores situacionais e superestimar fatores relativos ao caráter e à personalidade na explicação do comportamento humano.

P1. Se a conduta normativamente relevante previsivelmente varia com a manipulação de variáveis situacionais normativamente irrelevantes, então a conduta normativamente relevante é inconsistente através de diferentes situações nominalmente individuadas e sua regularidade ao longo do tempo é mais bem explicada e prevista por fatores situacionais que por fatores caracterológicos.

P2. Se a conduta normativamente relevante é inconsistente através de diferentes situações nominalmente individuadas e sua regularidade ao longo do tempo é mais bem explicada e prevista por fatores situacionais que por fatores caracterológicos, então traços de caráter estáveis ao longo do tempo e consistentes através de diferentes situações nominalmente individuadas não explicam e não preveem a conduta normativamente relevante.

Logo,

C1. Se a conduta normativamente relevante previsivelmente varia com a manipulação de variáveis situacionais normativamente irrelevantes, então traços de caráter estáveis ao longo do tempo e consistentes através de diferentes situações nominalmente individuadas não explicam e não preveem a conduta normativamente relevante (silogismo hipotético, **P1, P2**).

Acrescendo agora condicionais que levem em consideração o par de alegações do ceticismo do caráter global, temos o seguinte:

P3. Se traços de caráter estáveis ao longo do tempo e consistentes através de diferentes situações nominalmente individuadas não explicam e não preveem a conduta normativamente relevante, então não há uma posse disseminada de traços de caráter globais na população humana.

P4. Se traços de caráter estáveis ao longo do tempo e consistentes através de diferentes situações nominalmente individuadas não explicam e não preveem a conduta normativamente relevante, então atribuições de traços de caráter globais são erros sistemáticos de juízo.

Logo,

C2. Se traços de caráter estáveis ao longo do tempo e consistentes através de diferentes situações nominalmente individuadas não explicam e não preveem a conduta normativamente relevante, então não há uma posse disseminada de traços de caráter globais na população humana e atribuições de traços de caráter globais são erros sistemáticos de juízo (conjunção, **P3, P4**).

Logo,

C3. Se a conduta normativamente relevante previsivelmente varia com a manipulação de variáveis situacionais normativamente irrelevantes, então não há uma posse disseminada de traços de caráter globais na população humana e atribuições de traços de caráter globais são erros sistemáticos de juízo (silogismo hipotético, **C1**, **C2**).

Assim, admitindo-se a primeira alegação do par de alegações do situacionismo positivo, obtemos:

P5. A conduta normativamente relevante previsivelmente varia com a manipulação de variáveis situacionais normativamente irrelevantes.

Logo,

C4. Não há uma posse disseminada de traços de caráter globais na população humana e atribuições de traços de caráter globais são erros sistemáticos de juízo (*modus ponens*, **C3**, **P5**).

Já temos até aqui os dois pares de alegações do situacionismo descritivo. Simplificando **C4** da seguinte maneira:

C5. Não há uma posse disseminada de traços de caráter globais na população humana (simplificação, **C4**).

E articulando o que foi concluído até aqui com uma premissa que expresse o globalismo de caráter, obtemos o cerne do desafio situacionista à teoria das virtudes:

P6. A teoria das virtudes presume uma concepção de caráter de acordo com a qual os traços de caráter são estáveis ao longo do tempo, consistentes através de diferentes situações nominalmente individuadas e normativamente integrados.

Logo,

C6. Não há uma posse disseminada de traços de caráter globais na população humana e a teoria das virtudes presume uma concepção de caráter de acordo com a qual os traços de caráter são estáveis ao longo do tempo, consistentes através de diferentes situações nominalmente individuadas e normativamente integrados (conjunção, **C5**, **P6**).

P7. Se não há uma posse disseminada de traços de caráter globais na população humana e a teoria das virtudes presume uma concepção de caráter de acordo com a qual os traços de caráter são estáveis ao longo do tempo, consistentes através de diferentes situações nominalmente individuadas e

normativamente integrados, então a teoria das virtudes é empiricamente inadequada.

Logo,

C7. A teoria das virtudes é empiricamente inadequada (*modus ponens*, **C6, P7**).

Eis o principal argumento situacionista contra a teoria das virtudes.

Duas tentativas malfadadas de salvaguardar a adequação empírica da teoria das virtudes consistem em recorrer à teoria dos traços locais e ao modelo *Big Five*.⁸ Eu as comento no que se segue.

Alguns situacionistas reconhecem que há uma teoria dos traços de caráter compatível com o situacionismo, nomeadamente, a teoria dos traços locais, sugerida por Doris (2002, pp. 62ss.). Nessa teoria, traços de caráter são estáveis ao longo do tempo, porém indexados a situações nominalmente individuadas, de modo que, em vez de traços como “prestatividade” ou “agilidade intelectual”, tem-se traços como “prestatividade quando em um ambiente com nível normal de ruído” ou “agilidade intelectual após receber uma pequena sacola de doces”.⁹ Suponha, então, que a teoria das virtudes adira à teoria dos traços locais para salvaguardar a sua adequação empírica. Surge um problema: diferentemente de “prestatividade”, a “prestatividade quando em um ambiente com nível normal de ruído”, por estar indexada a uma situação muito limitada para se ser prestativo, é um traço que carece de relevância normativa. No entanto, como o item (v) do realismo de caráter propõe, o caráter anexa propriedades normativamente relevantes do agente (e.g., virtudes e vícios). Uma vez que os traços locais carecem de relevância normativa, eles não são nem virtudes, nem vícios. Temos, aqui, um dilema: ou a teoria das virtudes é empiricamente adequada, mas carece de relevância normativa, ou a teoria das virtudes é normativamente relevante, mas carece de adequação empírica.

⁸ Há também outras opções para realizar tal empreendimento, como autores (e.g., SNOW, 2010) que apelam ao modelo CAPS (sigla para “cognitive-affective personality system” [sistema de personalidade afetivo-cognitivo]). Nesse modelo, a distinção entre ‘situação nominal’ e ‘situação psicológica’ é crucial, destacando-se o impacto psicológico da situação no agente. Doris (2002, pp. 76–86) antecipou essa distinção, mas rejeita sua relevância. Snow (2010, pp. 25–31) rebate às críticas de Doris. As razões por que situacionistas não estão convencidos pelo uso do modelo CAPS para fundamentar a teoria das virtudes podem ser encontradas em MILLER, 2022, esp. p. 174. Para uma discussão aprofundada do modelo CAPS, ver MILLER, 2014a, pp. 107–128. Propostas mais recentes para fundamentar empiricamente a teoria das virtudes podem ser encontradas em WRIGHT, WARREN; SNOW, 2021 e FOWERS, COKELET; LEONHARDT, 2024. Por questão de escopo, nenhuma dessas alternativas será discutida neste artigo, embora mereçam uma discussão detalhada.

⁹ Meus exemplos são sugeridos por estudos como MATTHEWS e CANNON, 1975 apud MERRITT et al., 2010, p. 357; ISEN et al., 1987; e ISEN et al., 1991.

Uma segunda tentativa de salvaguardar a adequação empírica da teoria das virtudes poderia ser recorrer ao modelo dos *Big Five* em psicologia da personalidade. Trata-se do modelo dominante em psicologia da personalidade. Esse modelo oferece uma taxonomia da personalidade, em que as cinco grandes dimensões da personalidade correspondem aos seguintes traços: Abertura para a Experiência (*Openness*), Conscienciosidade (*Conscientiousness*), Extroversão (*Extraversion*), Amabilidade (*Agreeableness*) e Neuroticismo (*Neuroticism*).¹⁰ Cada um desses traços representa um espectro dentro do qual os indivíduos variam. Apesar de ser uma abordagem dominante em psicologia da personalidade, a tentativa de salvaguardar a adequação empírica do conceito de virtude no modelo dos *Big Five* gera outro dilema, desta vez relacionado à maneira como os *Big Five* são concebidos. Vejamos como esse dilema pode ser construído.

Seguindo Miller (2014b), ou os *Big Five* são traços endógenos reais com eficácia causal, ou os *Big Five* são apenas rótulos descritivos (termos de classificação) de como as pessoas tendem a ser. Se eles são traços endógenos, então eles não são adquiridos por meio do hábito e seu desenvolvimento não depende da agência, negando, assim, os itens (ii) e (iii) do realismo de caráter. Se eles são apenas rótulos descritivos, então são desprovidos de eficácia causal, negando assim o item (iv) do realismo de caráter. Em ambos os casos, então, a teoria das virtudes não tem sua adequação empírica salvaguardada pelo modelo *Big Five*.

III

Passo agora à exposição do programa prescritivo do situacionismo e à ampliação do desafio situacionista à filosofia da educação baseada em caráter. Eu proponho que o situacionismo prescritivo deve ser dividido em um par de alegações disjuntivas que inclui o *situacionismo deliberativo* e o *revisionismo de atribuição de traço*. Começarei por este último.

Recordemos que uma das principais alegações situacionistas é que atribuições de traços de caráter globais são erros sistemáticos de juízo. Ora, se é verdade que atribuições de traços de caráter globais são erros sistemáticos de juízo, então temos razões para suspeitar do *status* epistêmico positivo de tais atribuições. Em outras palavras, se concordamos com essa alegação do

¹⁰ Há de se observar que nem sempre os traços recebem a mesma nomeação quando traduzidos para o português. “Conscientiousness”, por exemplo, também pode ser traduzido por “Realização”, e “Agreeableness” é por vezes traduzido por “Sociabilidade”.

ceticismo do caráter global, então a atribuição de traços globais é epistemicamente injustificada. Nós temos, então, razões epistêmicas para tentar resistir, ou mesmo abandonar por completo a prática comum de atribuição de traços de caráter globais.

Poder-se-ia objetar que isso se opõe à nossa experiência comum com as pessoas com quem somos familiarizados. Como o próprio Doris reconhece,

As pessoas inegavelmente exibem confiabilidade substancial em seu comportamento. Do contrário, não nos sairíamos tão bem na coordenação social tal como nos saímos – basta perguntar a qualquer atendente de bar que confiantemente prepara o “de sempre” para um cliente regular sem ser solicitado. ...

[A]lgumas tendências comportamentais são confiáveis o suficiente para avalizar a postulação de disposições duradouras. (DORIS, 2002, p. 65)

Mas os situacionistas podem ter respostas a objeções desse tipo. Por exemplo, o próprio Doris (2002) argumenta que sua teoria dos traços locais pode muito bem explicar essas tendências comportamentais duradouras, uma vez que interagimos com as pessoas em circunstâncias ordinárias específicas e sua teoria postula traços estáveis indexados a situações nominalmente individuadas. Mas mesmo para um situacionista que não adira à teoria dos traços locais, explicações alternativas são possíveis. Por exemplo, Alfano (2013) menciona e discute diversos vieses cognitivos e heurísticas que podem estar em operação quando nós descrevemos a conduta das pessoas em termos de traços de caráter globais.¹¹ Um desses vieses é o erro fundamental de atribuição, cunhado por Ross (1977), que consiste na tendência que temos em explicar o comportamento humano em termos de fatores disposicionais ou internos, subestimando o papel desempenhado por fatores situacionais ou externos. Para fins de argumentação, eu aceitarei que os situacionistas possuem explicações potencialmente boas para nossa experiência comum acerca de pessoas com quem estamos familiarizados.

Um ponto talvez ainda mais interessante é que não apenas não temos justificação epistêmica para atribuir traços de caráter globais, mas que temos também razões morais para não o fazer. Por exemplo, Doris associa a atribuição de traços morais globais a emoções morais que podem envenenar as interações sociais e a dignidade das pessoas. Doris parece pensar que nossas atribuições de *vícios* morais globais, por um lado, podem resultar em uma

¹¹ A esse respeito, ver ALFANO, 2013, pp. 53–60.

condenação global injustificada que pode prejudicar o funcionamento social das pessoas, e que nossas atribuições de *virtudes* morais globais, por outro, podem resultar em *decepção global* injustificada que pode igualmente prejudicar as pessoas.¹² Rodgers e Warmke (2015) rearticulam todo essa discussão em Doris com a ideia de que, tanto por razões epistêmicas como por razões éticas, devemos tentar resistir ao uso de atribuições de caráter e personalidade globais ao explicar e prever o comportamento.

Alfano (2013), por outro lado, tira uma conclusão diferente da ideia de que atribuições de traços globais são erros sistemáticos de juízo. De acordo com ele, a prática de atribuição de virtudes, em particular, pode ser tanto *moralmente recomendável* quanto *epistemicamente permissível*. Alfano pensa que a rotulação de virtudes é moralmente recomendável porque, de uma maneira análoga a fenômenos como efeito placebo e profecia autorrealizadora, a rotulação de virtudes pode originar comportamentos *em concordância com* as virtudes atribuídas. Em outras palavras, em vez de posse real de uma virtude, na qual uma pessoa age virtuosamente *por causa* da virtude em questão, a rotulação de virtudes pode originar atos em concordância com uma dada virtude mesmo quando a ação das pessoas não está fundamentada na posse real da virtude em questão. Alfano chama esse fenômeno de virtude *factícia*. Como ele alega, “a rotulação de virtude causa a *virtude factícia*, caso em que as pessoas se comportam em concordância com a virtude não porque possuam o traço em questão, mas porque aquele traço foi atribuído a elas” (ALFANO, 2013, p. 90; ênfase no original). Segundo Alfano, no entanto, a indução de uma virtude factícia só ocorre se certas condições forem satisfeitas.¹³ Ademais, como a discussão de Alfano deixa claro, não só é moralmente recomendável atribuir virtudes sob as condições descritas por ele, como é também epistemicamente permissível fazê-lo. Como Alfano alega, “devemos relaxar nossos padrões de evidência suficiente para a [atribuição] de virtude”, enquanto para a atribuição de vício, pelo contrário, devemos “redobrar nossos padrões de evidência suficiente” (ALFANO, 2013, p. 103).

Eu proponho reconstruir o revisionismo de atribuição de traço com a seguinte alegação disjuntiva:

Revisionismo de atribuição de traço.

1. Tanto por razões epistêmicas quanto por razões éticas, ou (a) devemos tentar resistir ao uso de atribuições de caráter e personalidade global ao explicar e prever o comportamento a fim de

¹² A esse respeito, ver DORIS, 2002, pp. 167–170.

¹³ Para uma discussão detalhada dessas condições, ver ALFANO, 2013, pp. 90ss.

evitar erros sistemáticos de juízo e respostas emocionais que envenenam a comunidade e a interação social, ou (b) devemos relaxar nossos padrões de evidência suficiente para a atribuição de virtudes e redobrar nossos padrões de evidência suficiente para a atribuição de vícios a fim de induzir virtudes factícias nas pessoas.

Eu chamo a posição 1(a) acima de revisionismo de atribuição de traço *radical*, que parece ser a posição de Doris (2002) e Harman (1999), e à posição 1(b), endossada por Alfano (2013), eu chamo de revisionismo de atribuição de traço *artificial*. Apenas 1(a) parece relevante para questionar a *conveniência* da educação do caráter, como veremos adiante.

Um outro aspecto importante no programa prescritivo do situacionismo é o que chamarei de situacionismo deliberativo. Nas palavras de Doris,

Estou pedindo um certo redirecionamento de nossa atenção ética. Em vez de nos esforçarmos para desenvolver caracteres que determinarão nosso comportamento de maneiras substancialmente independentes das circunstâncias, devemos investir nossas energias mais em atentar para as características de nosso ambiente que influenciam resultados comportamentais. (DORIS, 2002, p. 146)

Note como Doris, aqui, está contrastando duas opções: de um lado, nos esforçarmos para desenvolver traços de caráter globais, de outro, nos esforçarmos para atentar para as características do ambiente que influenciam nossa conduta. Para Doris, se quisermos fazer escolhas melhores, “nós precisamos fazer uso dos surpreendentes dados situacionistas” (DORIS, 2002, p. 147). Como ele argumenta,

A maneira de fazer as coisas certas amiúde, eu sugiro, é atentar para as características determinantes das situações. Nós devemos, tanto quando formos capazes, tentar evitar “ocasiões próximas para o pecado” – circunstâncias eticamente perigosas. Ao mesmo tempo, devemos buscar ocasiões próximas para comportamentos mais felizes – situações conducentes à conduta eticamente conveniente. (DORIS, 2002, p. 147)

Note como Doris enfatiza a perspectiva da primeira pessoa na deliberação – o agente deve se esforçar para atentar às características

determinantes das situações.¹⁴ Isso contrasta com outras propostas alinhadas ao situacionismo deliberativo (cp., e.g., com Harman, 2009, p. 241) de acordo com as quais não compete ao agente atentar para as características do ambiente, mas cabe aos “arquitetos de escolha” modificarem os ambientes no qual as pessoas interagem a fim de determinar nelas melhores escolhas.¹⁵

Com base nisso, podemos dividir o situacionismo deliberativo em situacionismo deliberativo *pessoalista* (DORIS, 2002) e situacionismo deliberativo *impessoalista* (Harman, 2009; Thaler e Sunstein, 2021). O situacionismo deliberativo, então, pode ser apresentado como consistindo na seguinte alegação disjuntiva:

Situacionismo deliberativo.

2. Levando-se em consideração as lições situacionistas, a fim de aprimorarmos nossa conduta de maneira mais efetiva, (a) devemos prestar mais atenção às características determinativas do ambiente ao deliberarmos, em vez de confiarmos em nossos esforços para desenvolver traços de caráter globais, ou (b) devemos configurar o ambiente de tal modo que ele nos induza a uma conduta adequada.

Temos agora as principais alegações do situacionismo prescritivo, o qual consiste na união entre situacionismo deliberativo e revisionismo de atribuição de traço. Ademais, temos agora ferramentas para articular o que chamarei de *situacionismo educacional*, ampliando o desafio situacionista à filosofia da educação baseada na teoria das virtudes com três argumentos, um contrário à *viabilidade* da educação do caráter, e outros dois contrários à *conveniência* da educação do caráter.

Apoiando-me em **C5** do principal argumento situacionista exposto acima, começo com a seguinte premissa:

P1*. Não há uma posse disseminada de traços de caráter globais na população humana.

A isso, poder-se-ia então acrescentar a seguinte sequência argumentativa:

P2. Traços de caráter globais correspondem aos constructos que a educação do caráter tem em vista.

¹⁴ Para uma tensão lógica entre o situacionismo filosófico e o situacionismo deliberativo pessoalista, ver KLEINGELD, 2015; RODGERS e WARMKE, 2015.

¹⁵ Para um livro popular defendendo essa posição, ver THALER e SUNSTEIN, 2021. O conceito de ‘arquitetura de escolha’ (*choice architecture*) é central na teoria desses autores.

Logo,

C1. Não há uma posse disseminada de traços de caráter globais na população humana e traços de caráter globais correspondem aos constructos que a educação do caráter tem em vista (conjunção, **P1**, **P2**).

P3. Se não há uma posse disseminada de traços de caráter globais na população humana e traços de caráter globais correspondem aos constructos que a educação do caráter tem em vista, então a educação do caráter está comprometida com pressupostos irrealistas acerca dos fins da educação.

Logo,

C2. A educação do caráter está comprometida com pressupostos irrealistas acerca dos fins da educação (*modus ponens*, **C1**, **P3**).

P4. Se a educação do caráter está comprometida com pressupostos irrealistas acerca dos fins da educação, então a educação do caráter é um empreendimento educacional inviável.

Logo,

C3. A educação do caráter é um empreendimento educacional inviável (*modus ponens*, **C2**, **P4**).

O argumento acima depende apenas do principal argumento situacionista reconstruído acima. Eu agora exporei dois argumentos contra a *conveniência* da educação do caráter que dependem do situacionismo *prescritivo*.

O primeiro desses argumentos parte do situacionismo deliberativo, e parte de sua reconstrução aqui é inspirada na articulação de Baehr (2017). Ele pode ser construído como se segue:

P1. Ou o aprimoramento moral e epistêmico dos estudantes é promovido mais efetivamente atentando-se às características situacionais do ambiente de aprendizado, ou o aprimoramento moral e epistêmico dos estudantes é promovido mais efetivamente buscando-se o cultivo de traços de caráter globais elogiáveis.

P2. Se o aprimoramento moral e epistêmico dos estudantes é promovido mais efetivamente atentando-se às características situacionais do ambiente de aprendizado, então investir recursos educacionais escassos na promoção do aprimoramento moral e epistêmico dos estudantes mediante o cultivo de traços de caráter globais elogiáveis é um escandaloso desperdício de recursos educacionais escassos.

P3. O aprimoramento moral e epistêmico dos estudantes é promovido mais efetivamente atentando-se às características situacionais do ambiente de aprendizado.

Logo,

C1. O aprimoramento moral e epistêmico dos estudantes não é promovido mais efetivamente buscando-se o cultivo de traços de caráter globais elogiáveis (silogismo disjuntivo, **P1, P3**).

Logo,

C2. Investir recursos educacionais escassos na promoção do aprimoramento moral e epistêmico dos estudantes mediante o cultivo de traços de caráter globais elogiáveis é um escandaloso desperdício de recursos educacionais escassos (*modus ponens*, **P2, P3**).

Logo,

C3. O aprimoramento moral e epistêmico dos estudantes não é promovido mais efetivamente buscando-se o cultivo de traços de caráter globais elogiáveis e investir recursos educacionais escassos na promoção do aprimoramento moral e epistêmico dos estudantes mediante o cultivo de traços de caráter globais elogiáveis é um escandaloso desperdício de recursos educacionais escassos (conjunção, **C1, C2**).

P4. Se o aprimoramento moral e epistêmico dos estudantes não é promovido mais efetivamente buscando-se o cultivo de traços de caráter globais elogiáveis e investir recursos educacionais escassos na promoção do aprimoramento moral e epistêmico dos estudantes mediante o cultivo de traços de caráter globais elogiáveis é um escandaloso desperdício de recursos educacionais escassos, então a educação do caráter é um empreendimento educacional inconveniente.

Logo,

C4. A educação do caráter intelectual é um empreendimento educacional inconveniente (*modus ponens*, **C3, P4**).

Já o segundo argumento que reconstruirei aqui é baseado especificamente no revisionismo de atribuição de traço radical, e parte de **C4** do principal argumento situacionista exposto anteriormente, o qual estabelece que:

P1*. Não há uma posse disseminada de traços de caráter globais na população humana e atribuições de traços de caráter globais são erros sistemáticos de juízo.

Essa premissa do argumento pode ser então simplificada como se segue:

C1. Atribuições de traços de caráter globais são erros sistemáticos de juízo (simplificação, **P1**).

A partir daqui podemos continuar argumentando o seguinte:

P2. Se atribuições de traços de caráter globais são erros sistemáticos de juízo, então atribuições de traços de caráter globais são epistemicamente injustificadas.

Logo,

C2. Atribuições de traços de caráter globais são epistemicamente injustificadas (*modus ponens*, **C1**, **P2**).

P3. Se atribuições de traços de caráter globais são erros sistemáticos de juízo, então atribuições de traços de caráter globais tendo em vista avaliar pessoas ou resultam em condenação pessoal injustificada no caso de atribuições de vícios, ou resultam em decepção pessoal injustificada no caso de atribuições de virtudes.

P4. Se atribuições de traços de caráter globais tendo em vista avaliar pessoas ou resultam em condenação pessoal injustificada no caso de atribuições de vícios, ou resultam em decepção pessoal injustificada no caso de atribuições de virtudes, então atribuições de traços de caráter globais são moralmente injustificadas.

Logo,

C3. Se atribuições de traços de caráter globais são erros sistemáticos de juízo, então atribuições de traços de caráter globais são moralmente injustificadas (silogismo hipotético, **P3**, **P4**).

Logo,

C4. Atribuições de traços de caráter globais são moralmente injustificadas (*modus ponens*, **C1**, **C3**).

Logo,

C5. Atribuições de traços de caráter globais são epistemicamente injustificadas e atribuições de traços de caráter globais são moralmente injustificadas (conjunção, **C2**, **C4**).

P5. Se a educação do caráter requer estratégias pedagógicas de atribuição de traços de caráter globais, então a educação do caráter promove práticas que são epistêmica e moralmente injustificadas.

P6. Se a educação do caráter promove práticas que são epistêmica e moralmente injustificadas, então a educação do caráter é um empreendimento educacional inconveniente.

Logo,

C6. Se a educação do caráter requer estratégias pedagógicas de atribuição de traços de caráter globais, então a educação do caráter é um empreendimento educacional inconveniente (silogismo hipotético, **P5, P6**).

P7. A educação do caráter requer estratégias pedagógicas de atribuição de traços de caráter globais (e.g., apropriação do vocabulário das virtudes e exposição a exemplares).

Logo,

C7. A educação do caráter é um empreendimento educacional inconveniente (*modus ponens*, **C6, P7**).

Até aqui, expus a estrutura teórica do situacionismo filosófico, seu principal argumento contra a teoria das virtudes, além de ter ampliado o argumento situacionista às propostas filosóficas de educação do caráter baseadas na teoria das virtudes. No que se segue, avaliarei o mérito do principal argumento situacionista, dando também algumas pistas de como podemos responder aos argumentos contrários à educação do caráter.

IV

Eu proponho atacar **P6** do argumento situacionista reconstruído na seção II. Essa premissa, lembremos, expressa o *globalismo de caráter*, uma das bases exegéticas da crítica situacionista. De acordo com ela:

P6. A teoria das virtudes presume uma concepção de caráter de acordo com a qual os traços de caráter são estáveis ao longo do tempo, consistentes através de diferentes situações nominalmente individuadas e normativamente integrados.

Em particular, eu gostaria de atacar a *tese da consistência* presumida no globalismo de caráter. De acordo com o que penso, embora haja evidência textual de que muitos teóricos das virtudes de tradição aristotélica presumam que os agentes exibem consistência através de diferentes situações, dois pontos merecem destaque.

Em primeiro lugar, não está claro se os teóricos das virtudes presumem que tal consistência se dá através de diferentes situações *nominalmente individuadas*, ou se, em vez disso, ela leva em consideração *aspectos*

psicologicamente salientes da interação entre agente e situação.¹⁶ Isso é relevante porque, como o próprio Doris (2002, p. 83) observa, a consistência relativa a uma dessas maneiras de conceber ‘situação’ pode ser inconsistência relativa a outra, e uma vez que a distinção entre situação nominal e situação psicológica não está explicitamente articulada na tradição da teoria aristotélica das virtudes, não está claro se a melhor maneira de interpretar as alegações de consistência transsituacional nessa tradição é assumindo que ‘situação’ significa situação *nominal* ou se, pelo contrário, significa situação *psicológica*.

Mas, em segundo lugar, mesmo assumindo que estejam falando de situação nominal, eu proponho que os problemas relacionados ao discurso de teóricos das virtudes a esse respeito podem ser contornados com uma teoria mais sofisticada da individuação de traços de caráter. Isso porque a visão herdada em teoria das virtudes insiste em traços grossamente individuados tais como “coragem”, “generosidade”, “honestidade” etc. Nós não precisamos assumir traços tão finamente individuados como aqueles propostos pela teoria dos traços locais de Doris, mas podemos assumir que a impregnação de um traço de caráter no agente não é a impregnação de um traço *grossamente* individuado, mas é individuado de acordo com características do próprio agente e de acordo com as circunstâncias de vida em que foi desenvolvido pelo agente. Isso implica que nenhum traço adquirido por um agente é igual a um traço adquirido por outro agente, ainda que recebam o mesmo nome – digamos, “coragem”. Isso porque a coragem em ambos os agentes terá características distintivas dependendo das circunstâncias de vida de cada agente e de características psicológicas desses agentes – e.g., interesses e competências particulares.

Esse ponto foi de certo modo antecipado por alguns teóricos das virtudes. Por exemplo, Zagzebski observa que

mesmo quando o mesmo conceito de virtude parece ser comum a culturas muito diferentes, pode haver grandes diferenças nos padrões de comportamento aos quais são conducentes. Claramente, a coragem de um guerreiro samurai teria sido exibida bem diferentemente da coragem de uma mulher historiadora e americana nos fins do século XX. Apesar disso, é possível que a mulher americana e o samurai teriam pouca dificuldade em reconhecer um ao outro como pessoas de coragem. (ZAGZEBSKI, 1996, p. 88)

¹⁶ Trata-se de uma distinção relevante para psicólogos que concebem ‘personalidade’ a partir do modelo CAPS. Para autores que apelam a essa distinção para defender a *teoria das virtudes* da crítica situacionista, ver RUSSELL, 2009; SNOW, 2010.

Levando isso em consideração, proponho que a individuação de traços de caráter deve levar em conta a história de vida do agente, no que engloba tanto suas circunstâncias de vida quanto suas características psicológicas. Uma forma de *representar* isso é nomeando um traço com o nome de um agente subscrito, tal como nos exemplos seguintes: **Coragem**_{Sócrates}, **Coragem**_{Zagzebski}, **Generosidade**_{Darwin}, **Generosidade**_{McClintock} etc. Como se pode observar, minha proposta para a individuação de traços estabelece uma mediania entre os traços grossamente individuados característicos da teoria das virtudes e os traços finamente individuados característicos da teoria dos traços locais.

Isso tem implicações importantes para a atribuição de consistência transsituacional, pois, uma vez que os traços de caráter são individuados de acordo com características do próprio agente e de suas circunstâncias de vida, é *esperado* que tais traços não exibam consistência através de diferentes situações nominalmente individuadas. A consistência de tais traços – se é que devamos insistir nesse conceito – deve levar em consideração a interação entre a identidade do agente e suas circunstâncias.

Uma crítica que merece ser antecipada é se tal proposta não implicaria alguma forma de relativismo normativo. A objeção é a seguinte: ao propor traços demasiadamente específicos a agentes, a proposta parece equivaler o traço aos sujeitos que possuem o traço, sob pena de que qualquer sujeito possa ser portador de um traço de caráter virtuoso ou vicioso, perdendo-se, então, o próprio critério definidor do que faz um traço ser admirável ou condenável.¹⁷ Haveria, então, um risco de relativizar, e talvez até mesmo de tornar completamente subjetivos os critérios de atribuição de virtudes e vícios. Isso, creio, seria realmente um problema. No entanto, é preciso esclarecer que minha teoria não propõe que a história de vida de um sujeito é *suficiente* para a individuação de traços de caráter. Em lugar disso, o que proponho é que ela é *necessária* para individuar virtudes e vícios. Uma outra condição necessária para tal individuação é presumivelmente as características intrínsecas de cada traço, i.e., os motivos característicos de cada traço. De fato, esse é um critério assumido para toda e qualquer individuação de virtudes e vícios, seja para traços grossamente individuados na teoria das virtudes tradicional, seja para traços finamente individuados na teoria dos traços locais. Tanto Baehr (2011) quanto Zagzebski (1996, 2017) propõem que as virtudes são individuadas de acordo com sua “psicologia característica” (BAEHR, 2011, p. 103), ou seus motivos distintivos (ZAGZEBSKI, 1996, p. 252). Zagzebski

¹⁷ Eu agradeço a um parecerista anônimo por levantar essa objeção.

(2017), por exemplo, reafirma essa posição quando alega que “cada virtude inclui uma disposição de motivo que é distintiva à virtude particular. ... virtudes são individuadas por seu componente motivacional, de modo que há um motivo distintivo para a generosidade, outro para a compaixão, outro para a coragem, e assim por diante” (2017, p. 108). Da mesma forma, como Alfano (2013) observa, a teoria dos traços locais também exige características intrínsecas de traços a fim de individuá-los. Nas palavras dele,

Traços locais ... são individuados tanto por suas razões características como pelos poderes causais normativamente irrelevantes da situação. ‘Generosidade enquanto se é observado por outros membros da igreja’ apela tanto para as necessidades dos outros quanto para a pressão social; ‘cortesia enquanto se está de bom humor’ apela tanto para convenções da sociedade como para o estado subjetivo normativamente irrelevante de alguém; ‘coragem no campo de batalha diante de tiros de rifle’ apela tanto às ameaças contra algo importante como ao tipo normativamente irrelevante de ameaça. (ALFANO, 2013, p. 66)

É importante observar que o que Alfano chama de “razões características” equivale ao que Zagzebski chama de motivos característicos. De fato, para algo ser chamado adequadamente de ‘generosidade’, ‘honestidade’, ‘coragem’ etc., é porque presumivelmente os motivos característicos desses traços estão presentes. Minha proposta não se opõe à relevância de características intrínsecas dos traços a fim de individuá-los, apenas acrescenta que, somada a essas características intrínsecas, é *necessário* apelar para história causal do traço a fim de individuá-lo de maneira mais precisa – o que implica levar em conta as circunstâncias de vida do agente e suas características psicológicas. Nesse sentido, o que proponho é que a individuação e correta descrição de um traço adquirido de caráter deve levar em conta tanto os motivos característicos do traço em questão – razão pela qual ele recebe o nome que recebe – como o processo de habituação mediante o qual aquele traço se impregnou no agente. Para fins de ilustração, considere uma profissional da área da medicina que, por meio do hábito no exercício de sua profissão, desenvolve o traço da atitude inquiridora (*inquisitiveness*). (Eu assumirei, aqui, a definição de Watson (2016, p. 43) para tal virtude, de acordo com a qual uma pessoa inquiridora é caracteristicamente motivada a se engajar de maneira sincera com o bom questionamento.) Suponhamos, por exemplo, que durante o atendimento aos seus pacientes, ela caracteristicamente levanta, de maneira sincera, questões pertinentes aos seus pacientes. Isso não implica, no entanto, que ela, ao chegar em casa, caracteristicamente levanta, de maneira

sincera, questões pertinentes aos seus filhos, ao seu ou sua cônjuge, ou aos seus pais. O traço da atitude inquiridora que ela mantém por meio do hábito está ligado a uma identidade prática específica sua, nomeadamente, sua identidade como profissional de medicina, não necessariamente com sua identidade como mãe ou pai, esposa(o) ou filha(o). Há, no entanto, um sentido válido em que ainda se pode dizer dessa pessoa uma pessoa inquiridora, ainda que o traço da atitude inquiridora esteja, nessa pessoa, ligada a uma identidade prática e uma circunstância de vida específicas.

V

Para concluir, eu gostaria de expor alguns prospectos para a educação do caráter. As consequências da proposta apresentada anteriormente para a educação do caráter são sugestivas. Eu me limitarei aqui apenas a indicar as premissas dos três argumentos do situacionismo educacional acima que poderão ser rejeitadas. Com respeito ao argumento contra a viabilidade da educação do caráter, contra **P2**, nós não devemos assumir que os constructos que a educação do caráter tem em vista sejam traços de caráter *globais*; com respeito ao argumento do situacionismo deliberativo contra a conveniência da educação do caráter, contra **P1**, nós não precisamos admitir uma dicotomia entre a configuração do ambiente de aprendizado e a formação do caráter, um ponto que já é insistido por outros proponentes de uma educação voltada ao caráter;¹⁸ e, finalmente, com respeito ao argumento do revisionismo de atribuição de traço radical contra a conveniência da educação do caráter, contra **P7**, nós podemos utilizar a apropriação do vocabulário das virtudes e a exposição a exemplares de virtudes de uma maneira mais cuidadosa com a linguagem adotada – digamos, levando os alunos a reconhecerem os excessos da terminologia das virtudes quando usada de maneira inadvertida pelo conhecimento de psicologia humana. Esses apontamentos nos oferecem prospectos de como evitar o desafio situacionista à educação do caráter baseada na teoria das virtudes, sendo, porém, necessários mais estudos sobre a maneira de implementar estratégias que evitem os perigos apontados por situacionistas da concepção globalista de caráter numa educação voltada ao caráter¹⁹.

¹⁸ A esse respeito, ver BAEHR, 2017; BATTALY, 2014.

¹⁹ Agradecimentos: Eu agradeço aos dois pareceristas anônimos pelas sugestões que ajudaram a melhorar este artigo.

Referências

- ALFANO, M. “Expanding the Situationist Challenge to Responsibilist Virtue Epistemology”. In: *Philosophical Quarterly*, 62(247), 2012, pp. 223–249.
- _____. *Character as Moral Fiction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- ASCH, S. “Effects of Group Pressure Upon the Modification and Distortion of Judgments”. In: HENLE, M. (ed.). *Documents of Gestalt Psychology*. Los Angeles: University of California Press, 1961, pp. 222–236.
- BAEHR, J. *The Inquiring Mind: On Intellectual Virtues and Virtue Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- _____. “The Situationist Challenge to Educating for Intellectual Virtues”. In: FAIRWEATHER, A.; ALFANO, M. (eds.). *Epistemic Situationism*. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 192–215.
- BATTALY, H. “Acquiring Epistemic Virtue: Emotions, Situations, and Education”. In: FAIRWEATHER, A.; FLANAGAN, O. (eds.). *Naturalizing Epistemic Virtue*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, pp. 175–196.
- DARLEY, J. M.; BATSON, C. D. “From Jerusalem to Jericho: A Study of Situational and Dispositional Variables in Helping Behavior”. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, 27(1), 1973, pp. 100–108.
- DE OLIVEIRA, V. H. G. *Situacionismo Epistêmico: O Desafio Situacionista à Epistemologia das Virtudes*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2023, 145f.
- DORIS, J. “Persons, Situations, and Virtue Ethics”. In: *Nous*, 32(4), 1998, pp. 504–530.
- _____. *Lack of Character: Personality and Moral Behavior*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- FOWERS, B.; COKELET, B.; LEONHARDT, N. *The Science of Virtue: A Framework for Research*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024.
- HARMAN, G. “Moral Philosophy Meets Social Psychology: Virtue Ethics and the Fundamental Attribution Error”. In: *Proceedings of the Aristotelian Society*, 99(3), 1999, pp. 315–331.
- _____. “The Nonexistence of Character Traits”. In: *Proceedings of the Aristotelian Society*, 100(2), 2000, pp. 223–226.
- _____. “Skepticism about Character Traits”. In: *The Journal of Ethics*, 13(2/3), 2009, pp. 235–242.
- HURKA, T. *Vice, Virtue, and Value*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

- ISEN, A. M.; DAUBMAN, K. A.; NOWICKI, G. P. “Positive Affect Facilitates Creative Problem Solving”. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, 52(6), 1987, pp. 1122–1131.
- ISEN, A. M.; ROSENZWEIG, A. S.; YOUNG, M. J. “The Influence of Positive Affect on Clinical Problem Solving”. In: *Medical Decision Making*, 11(3), 1991, pp. 221–227.
- KLEINGELD, P. “Consistent Egoists and Situation Managers: Two Problems for Situationism”. In: *Philosophical Explorations*, 18(3), 2015, pp. 344–361.
- LAKATOS, I. “Falsification and the Methodology of Scientific Research Programmes”. In: LAKATOS, I; MUSGRAVE, A. (eds.). *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970, pp. 91–195.
- MERRITT, M. “Virtue Ethics and Situationist Personality Psychology”. In: *Ethical Theory and Moral Practice*, 3(4), 2000, pp. 365–383.
- MERRITT, M.; DORIS, J.; HARMAN, G. “Character”. In: DORIS, J. (ed.). *The Moral Psychology Handbook*. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 355–401.
- MILGRAM, S. “Behavioral Study of Obedience”. In: *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 67(4), 1963, pp. 371–378.
- MILLER, C. *Character and Moral Psychology*. Oxford: Oxford University Press, 2014a.
- _____. “Moral Virtues, Epistemic Virtues, and the Big Five”. In: FAIRWEATHER, A.; FLANAGAN, O. (eds.). *Naturalizing Epistemic Virtue*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014b, pp. 92–117.
- _____. “Abordagens Empíricas para o Caráter Moral”. Trad. de Mayara Roberta Pablos; rev. de Ramiro de Ávila Perez. In: SANTOS, B. A. G. dos (org.). *Textos Seleccionados de Filosofia das Virtudes*, Série Investigação Filosófica. Pelotas: Editora UFPel, 2022, pp. 153–196.
- RODGERS, T. J.; WARMKE, B. “Situationism versus Situationism”. In: *Ethical Theory and Moral Practice*, 18(1), 2015, pp. 9–26.
- ROSS, L. “The Intuitive Psychologist and his Shortcomings: Distortions in the Attribution Process”. In: BERKOWITZ, L. (ed.). *Advances in Experimental Social Psychology*, vol. 10. New York: Academic Press, 1977, pp. 173–220.
- RUSSELL, D. *Practical Intelligence and the Virtues*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- SNOW, N. *Virtue as Social Intelligence: An Empirically Grounded Theory*. Routledge, 2010.
- SYLVAN, K. “Responsibilism out of Character”. In: FAIRWEATHER, A.; ALFANO, M. (eds.). *Epistemic Situationism*. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 135–157.

- THALER, R. H.; SUNSTEIN, C. R. *Nudge*. Penguin Books, 2021.
- WATSON, L. “Why Should We Educate for Inquisitiveness?”. In: BAEHR, J. (ed.). *Intellectual Virtues and Education: Essays in Applied Virtue Epistemology*. New York/London: Routledge, 2016, pp. 38–53.
- WRIGHT, J.; WARREN, M.; SNOW, N. *Understanding Virtue: Theory and Measurement*. Oxford: Oxford University Press, 2021.
- ZAGZEBSKI, L. *Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- _____. *Exemplarist Moral Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

Email: azdeborba@gmail.com

Recebido: 11/2024

Aprovado: 12/2025